



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia
Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

Fetichismo e reificação: a pertinência da teoria marxiana para a compreensão do processo de globalização

Danilo Ferreira de Souza

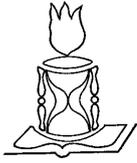
Raphael Paulino Gimenes

2º semestre/2014

Introdução

Por que Marx é decisivo para o estudo dessa temática? Dois motivos justificam essa opção. O capitalismo é um dos elementos constitutivos do mundo real na atualidade. Ele tem a sua trajetória, surgiu em um determinado momento da história da humanidade e permanece até hoje. Marx estudou a sociedade burguesa capitalista no século XIX, que evidentemente possuía algumas especificidades. Sua configuração atual é diferente, mas seus fundamentos são os mesmos e foram a eles que Marx se dedicou. Isso faz com que seus conceitos sejam indispensáveis para a reflexão da sociedade capitalista contemporânea, apesar de não serem suficientes. Restringir-se a eles seria uma imprecisão sociológica, ignorá-los seria uma mistificação acadêmica. O segundo motivo é que o referencial teórico marxiano é aquele que encara o mundo na perspectiva da totalidade e a globalização não pode ser pensada diferente. Recortá-la significaria não entendê-la por completo, participar do movimento fragmentário que está fazendo as ciências sociais andarem em círculos. Esse artigo assume uma posição: refletir sobre um aspecto do mundo contemporâneo sem apartá-lo de seu todo. A linha condutora de fundo se dará pelos três pilares da obra de Marx: o método dialético, a teoria do valor trabalho e a perspectiva da transformação.

Também é importante ressaltar que a proposta desse texto é discutir e relacionar as ideias em forma de ensaio, ou seja, não será feito um “estado da arte” de tudo o que já foi produzido sobre o assunto, mas sim um aprofundamento das conexões entre propostas de análises interpretativas específicas.



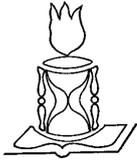
O ponto de partida é uma questão. Na leitura do texto do professor José Paulo Netto, *Capitalismo e Reificação*, um questionamento é levantado de início. Ele diz que empiricamente é possível observar que a sociedade burguesa avançada e o capitalismo tardio revelam uma incrível aptidão de resistência há algumas décadas, mas de onde deriva essa capacidade de se modificar, sem abandonar as bases de funcionamento? A hipótese de Netto é que essa permanência está ligada à reificação das relações sociais, para ele (...)“é a reificação, fenômeno sociocultural específico do capitalismo tardio, que engendra a resistência histórica desse sistema, cuja falência global a crítica teórica vem anunciando há muito” (NETTO, 1981, p. 32).

José Paulo Netto busca a fundamentação dessa hipótese na obra de Marx, rastreia as determinações marxianas para avançar nas respostas. Esse artigo buscará ampliar o horizonte em primeiro lugar, para fazer um levantamento sobre o que as outras pesquisas estão apontando, o que estão dizendo. Segundo para pensar essa ideia da reificação das relações sociais como sustentáculo do capitalismo através da discussão sobre a globalização. Reificação e globalização estão relacionadas? Netto diz que a reificação é um fenômeno específico do capitalismo tardio, mas suas características permanecem as mesmas desde o seu surgimento? Quais são as particularidades das relações sociais reificadas em 2014? A reificação é realmente a base de sustentação contemporânea do sistema?

Tudo isso significa, é importante ressaltar, que essa reflexão não é simplesmente um diagnóstico descritivo sobre o funcionamento do mundo atual para se somar a toda uma série de trabalhos produzidos nessa direção. O que se tentará fazer nesse artigo é pensar: se vivemos em um sistema contraditório, opressor das potencialidades humanas, atuante em todos os aspectos da vida social, gerador de pobreza e desigualdade, por que ele sobrevive até os dias de hoje? E principalmente, como ele sobrevive nos dias de hoje? O que permite que ele se mantenha erguido? O olhar científico não se afastará da perspectiva da ação prático-social.

Nos três primeiros subitens desse artigo será exposto um resumo do sistema filosófico marxiano, que servirá de base à discussão nos quatro seguintes, sobre a aplicabilidade desses conceitos para a compreensão do processo de globalização.

O *fetichismo* será apresentado na sua forma mais acabada na principal obra de análise e crítica do sistema capitalista – *O Capital* (1867). Esse livro, constituído por



três volumes, possui uma estrutura argumentativa e um sistema filosófico específico, que merece ser explicitado para não extrairmos informações e conceitos fora de sua devida contextualização. O principal fundamento metodológico e teórico utilizado ao longo da obra será a dialética. Tal fundamento será produto de uma série de estudos e críticas ao sistema filosófico hegeliano, que será apresentado resumidamente a seguir.

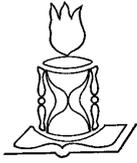
A dialética hegeliana e o pensamento idealista

A dialética hegeliana se constitui a partir de uma *triade* oriunda do princípio da identidade de opostos: tese, antítese e síntese. A tese pode ser entendida como o momento da afirmação; a antítese é o momento da negação da afirmação, é dessa relação oposta que se origina a síntese, o último momento que corresponde à negação da negação, ou seja, é o resultado da antítese anterior, no qual suspende a oposição entre a tese e a antítese. A síntese representa uma nova realidade, marcada pela aparição da *Razão Absoluta*, da consciência de si, ou, o que dá no mesmo, da autoconsciência. Como bem afirma Soares (2010), “A dialética é o movimento contraditório dentro de unidades, que a cada nova etapa nega e supera a anterior, num fluxo contínuo de superação-renovação. Hegel sustenta a ideia de que um princípio não basta em si mesmo, pois carrega em si a contradição e a luta de opostos.” (SOARES, 2010, s.p.)

Acrescenta a isso a ideia de que a dialética é também um processo de concretização, ou seja, é um movimento teórico que vai do abstrato ao concreto. Inicialmente, temos o momento de abstração, que por ser mais amplo, engloba as três etapas (tese, antítese e síntese) em seus movimentos contínuos e opostos. O momento final do processo, que resulta na síntese é o menos amplo, é a fase final do primeiro ciclo dialético, que eliminou as demais.

A categoria mais abstrata e universal no plano filosófico hegeliano é o ser puro. A antítese do ser seria o *não-ser*, ou seja, o nada. Este é o elemento mediador, a *negação da negação*. Na síntese, que seria a tensão entre essas duas categorias, teríamos o devir. A partir disso, Hegel percorre o transcurso que levaria do *Espírito Abstrato* até o *Espírito Concreto*, através do elemento de mediação (negação da negação). Na concepção hegeliana, *Ideia*, *Razão* e *Espírito* são tratados como sinônimos.

Esse primeiro momento, da *Ideia*, representa a interioridade e subjetividade, isto é, é a *Ideia em si*, ou, o *ser em si*. O segundo é a exteriorização da *Ideia* e a negação do



primeiro momento. O terceiro momento será marcado pelo aparecimento das instituições humanas, tais como a moral, o direito, a história, a política, etc. É o surgimento do próprio Estado como objetivação e realização efetiva da Razão. Afirma Hegel que a passagem do Espírito abstrato ou subjetivo para o Espírito concreto ou objetivo representa um estágio de maior liberdade. O crescimento do espírito se dá no transcorrer da história; daí que o que leva do estado subjetivo ao objetivo absoluto representa o processo de crescimento da liberdade do ser humano. Na etapa de síntese, do espírito absoluto, este se torna infinito. O domínio total da Razão no pensamento hegeliano decorre do fato de não escolhermos as condições econômicas, sociais e institucionais nas quais evoluímos e, no entanto, elas determinam profundamente nossa maneira de ver ou o espírito dos povos em geral. (SOARES, 2010)

Portanto, conclui Soares, “em Hegel o sujeito é abstrato, ele se encarna na Razão. Melhor dizendo, o ser é 'sujeito de si mesmo', independente da existência corporal do indivíduo pensante. O ser é uma simples propriedade do pensar. A consciência é o ser, o sujeito”. (SOARES, 2010, p.66)

O materialismo histórico e dialético em Marx:

Marx irá se contrapor ao pensamento do Espírito Absoluto sustentado em Hegel, a partir da indagação acerca da interconexão dessa filosofia com sua realidade efetiva, pela interconexão de sua crítica com suas próprias circunstâncias materiais. É desse questionamento fundamental que se delineará o materialismo histórico e dialético.

Tal método adota como um pressuposto empiricamente constatável a existência de seres humanos. De acordo com Marx o que difere os homens dos outros animais é o ato de produzir os seus meios de vida, um passo condicionado pela sua organização corporal. Ao fazerem isso, os homens produzem indiretamente a sua vida material. Desse modo, concebe-se que os indivíduos são assim como manifestam a sua vida. O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem, quanto também com o como produzem. Logo, o que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção (Cf. MARX & ENGELS, 1983, p. 195).

O primeiro ato propriamente humano, como dito anteriormente, seria engendrar os meios para a satisfação de suas necessidades. Satisfeitas essas necessidades primordiais, surgiria o primeiro ato histórico, que seria o aparecimento de novas



necessidades. No decorrer do desenvolvimento histórico, os homens se reproduzem e passam a constituir famílias. Esse ciclo de reprodução leva ao crescimento populacional, que por sua vez gera novas necessidades. O aumento da população produz a divisão do trabalho entre os indivíduos, que é condicionada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Com isso, vemos que um determinado modo de produção ou estágio produtivo está sempre unido a um modo de cooperação ou estágio social, sendo ele mesmo uma “força produtiva”. Disto depende-se que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” precisa ser estudada sempre em conexão com a da produção e da troca. Em síntese Marx defende que:

A produção das ideias, representações da consciência está de início imediatamente entrelaçada na atividade material e no intercâmbio material dos homens, linguagem da vida efetiva. O representar, pensar, o intercâmbio intelectual dos homens aparece aqui ainda como afluência direta do seu comportamento material. O mesmo vale para a produção intelectual, tal como se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias, etc., mas os homens efetivos, atuantes, tal como são condicionados por um desenvolvimento determinado das suas forças produtivas e do intercâmbio correspondente às mesmas, até as suas formações mais amplas. A consciência nunca pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo efetivo de vida. Se em toda ideologia os homens e as suas relações aparecem como numa câmara obscura, virados para baixo, este fenômeno decorre tanto do seu processo histórico de vida quanto a inversão dos objetos na retina decorre do seu processo imediatamente físico (MARX & ENGELS, 1983[1933], p. 192-93).

A ideologia, conceito fundamental presente no trecho acima, seria a falsa consciência. As condições materiais de existência determinam a consciência dos indivíduos, mas essa relação não é direta. A ideologia inverte a compreensão acerca da realidade sustentada pela alienação.

Alienar-se é estar-se alheio. É a separação entre a consciência e realidade efetiva. Historicamente, a ideologia e a alienação se constituem a partir do momento em que se tem o excedente de produção. A primeira divisão do trabalho se dá quando ocorre a necessidade de distinguir quem exerce o trabalho manual e quem gerencia a produção.



Divisão do trabalho intelectual e manual

Com a divisão do trabalho dada, há, ao mesmo tempo, a contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse comunitário de todos os indivíduos que mantêm intercâmbio entre si. Logo o trabalho passa a ser dividido, cada um tem uma esfera de atividade exclusiva: ele é caçador, pescador ou pastor e tem que continuar a sê-lo, se não quiser perder os meios para sobreviver.

Marx define o trabalho como processo sócio-metabólico de transformação da natureza. É uma característica exclusivamente humana. Ao transformar a natureza, o homem modifica a sua consciência e essa mudança é passada hereditariamente. Através do trabalho, o ser humano se "humaniza" e progride intelectualmente. O problema é que a divisão do trabalho gera o trabalho alienado. O trabalhador não produz para si próprio, tão pouco se reconhece naquilo que faz. O trabalho passa a ser um elemento automático, desprovido de consciência. Seu corpo exerce a função "estranhada" pela mente. Nesse sentido, a divisão do trabalho nas sociedades modernas capitalistas, será responsável pela transformação de relações pessoais e "coisas" (reificação). A ideologia, por outro lado, produzirá um conjunto de representações simbólicas, que legitimarão a continuidade do processo de alienação inerente a perpetuação do sistema.

Soares (2010) resume bem a relação entre a dialética de Hegel e a de Marx:

Deduz-se que o sujeito em Hegel é produto da Razão. Em Marx, o sujeito é fruto das condições materiais através das quais eles se reproduzem, ou seja, o conjunto das relações sociais de produção e das forças produtivas. Em síntese, Hegel faz da consciência o sujeito e do ser o objeto, enquanto Marx faz do ser o próprio sujeito em sua atividade prática e da consciência o objeto apreendido pelo ser em sua realidade objetiva, material (SOARES, 2010, p.67).

Como dito anteriormente, existe uma correspondência necessária entre as relações de produção e as forças produtivas. Essa correlação é fundamental na concepção do materialismo histórico. A oposição inscrita no sistema hegeliano entre a tese e a antítese, entre a afirmação e a negação, tem em Marx a mediação material, enquanto em Hegel é reflexiva, abstrata. Daí que a solução na operação entre a contradição dos dois polos se dá em Marx por meio da atividade prática do homem, que supera a oposição entre sujeito e objeto, ou o que Marx vai conceituar como a práxis,



que seria a atividade enérgica dos homens face aos conflitos e contradições no âmbito da sociedade.

Crítica da economia política e o conceito de fetichismo.

Harvey (2013) em sua análise da obra *O capital*, faz questão de enfatizar a interconexão entre a crítica da economia política com as questões de "método" apresentadas na Ideologia Alemã. Desde o início, o autor lembra que as categorias da economia burguesa não são mais do que formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações da elaboração desse modo social historicamente determinado, a produção de mercadorias.

Forma mercadoria, no plano marxiano, é concebida como uma unidade entre *valor de uso* e *valor de troca*. Ela é um objeto externo que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for sua natureza, pois possui *valor de uso*. Além disso, as mercadorias são intercambiáveis entre si, o que exige um elemento que estabelece algum tipo de igualdade entre substâncias diferentes; no caso o *valor de troca*.

O que determina o valor? Mercadorias são frutos do trabalho, suportes do trabalho humano, incorporado em sua produção: *trabalho humano abstrato*. Esse valor aparece numa objetividade fantasmagórica, é o trabalho humano materializado na mercadoria. E como é medido? Pelo tempo socialmente necessário. É a “força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias” (HARVEY, 2013, p. 19).

Os conceitos marxianos constituem unidade dialética. Um conceito não pode ser compreendido sem o outro. Nas operações comerciais, valores de uso e troca assumem respectivamente a forma de valores relativos e equivalentes. Será a partir da necessidade de criação de um equivalente universal que surgirá o dinheiro.

A relação entre mercadorias e dinheiro é um produto daquela dicotomia entre valor de uso e de troca. E daí que parte o caráter misterioso da mercadoria que Marx definirá como fetichismo:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os



trabalhos individuais dos produtores e o total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. (...) Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2008[1867], p. 94).

O fetichismo da mercadoria, portanto, decorre da impossibilidade humana (no sistema capitalista) de ter algum controle sobre os produtos de seu próprio trabalho. Só se sabe do valor, mediante a relação de troca. Esse valor encontrado não é materializado, mas fruto de relações sociais. Porém, essas relações não se dão entre seres humanos, mas sim entre mercadorias. Dessa maneira, no modo de produção capitalista, os seres humanos são apenas suporte para a circulação dos produtos, ou seja, das mercadorias. Os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores, por considerarem simples aparências materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Por compararem entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles acabam por equipararem seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Tudo isso ocorre sem que os produtores saibam. Acrescenta Marx:

O valor não traz escrito na fonte o que ele é. Longe disso, transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o significado do hieróglifo, descobrir o segredo de sua própria criação social, pois a conversão dos objetos úteis em valores é, como na linguagem, um produto social dos homens (MARX, 2008[1867], p. 96).

A revisão feita na primeira parte desse artigo sobre os principais elementos do sistema filosófico marxiano (que caracterizam o materialismo histórico-dialético e definem os conceitos de fetichismo e reificação) contribuirá, a partir de agora, para a discussão sobre a fase atual do sistema capitalista e daquilo que comumente é categorizado como globalização.



Não será feito um resumo de cada um dos textos lidos, pois isso seria apenas uma resenha de leitura. O objetivo é organizar os argumentos e as teorias levantadas por cada um deles, de modo a possibilitar a discussão com as perguntas levantadas acima. Refletindo sobre isso, chegou-se a uma divisão em três partes, que serão problematizadas abaixo:

Globalização, Marx e as Ciências Sociais

Na última década do século XX parece ter existido, no Brasil (e talvez no mundo todo, apesar de ser uma afirmação imprudente pela falta de dados), uma ampliação da preocupação nas Ciências Sociais com a temática da globalização. Seria mais adequado fazer uma pesquisa exaustiva sobre isso, porém o levantamento bibliográfico para esse trabalho trouxe a impressão de que o assunto foi mais investigado nesse período. O avanço do discurso neoliberal, o desenvolvimento científico-tecnológico e a virada do milênio parecem ser pistas sobre o acirramento dessa preocupação. Alguns exemplos são as publicações de livros e artigos de Octavio Ianni, em 1994 e 1996, as discussões da internacionalização por conta da comemoração dos 150 anos do Manifesto do Partido Comunista, em 1998, o seminário de 1996 do Instituto de Estudos Avançados sobre globalização, que acabou gerando um dossiê publicado em 1997 e um outro feito pelo Cebrap, na revista *Novos Estudos*, em 1997, chamado “Dossiê Visões da Globalização”.

Octavio Ianni, um dos principais sociólogos brasileiros, publicou em 1994 um artigo na revista *Estudos Avançados*, chamado “Globalização: novo paradigma das ciências sociais”, em que defende que a sociedade global é o novo objeto de estudos das ciências sociais, mas que ela não está inteiramente preparada (metodológica e teoricamente) para enfrentá-lo.

Nesta altura da história, no declínio do século XX e limiar do XXI, as ciências sociais se defrontam com um desafio epistemológico novo. O seu objeto transforma-se de modo visível, em amplas proporções e, sob certos aspectos, espetacularmente. Pela primeira vez são desafiadas a pensar o mundo como uma sociedade global. (...) A sociedade global apresenta desafios empíricos e metodológicos, ou históricos e teóricos, que exigem novos conceitos, outras categorias, diferentes interpretações (IANNI, 1994, p. 147).



Segundo ele, a sociologia já teria avançado no estudo da sociedade nacional, porém iniciava a reflexão sobre sua dimensão global. As tentativas de transpassar as categorias interpretativas da primeira para a segunda seriam um equívoco sociológico.

Este é um momento epistemológico fundamental: o paradigma clássico, fundado na reflexão sobre a sociedade nacional, está sendo subsumido formal e realmente pelo novo paradigma, fundado na reflexão sobre a sociedade global. O conhecimento acumulado sobre a sociedade nacional não é suficiente para esclarecer as configurações e os movimentos de uma realidade que já é sempre internacional, multinacional, transnacional, mundial ou propriamente global (IANNI, 1994, p. 148).

Apesar de categorias de análise não poderem ser transpassadas diretamente, as sociedades nacional e global não podem ser pensadas separadamente, para Ianni formam duas totalidades que se articulam.

Logo, fica evidente que não se trata de dois objetos distintos, com tessituras e dinâmicas próprias, alheias. Implicam-se reciprocamente, em articulações sincrônicas e diacrônicas diversas, desde convergentes e antagônicas. Envolvem possibilidades diferentes, no que se refere às formas do espaço, às durações do tempo. São duas totalidades bastante articuladas, cada uma a seu modo, mas reciprocamente referidas, sendo que a global tende a subsumir formal ou realmente a nacional (IANNI, 1994, p. 153)

Na verdade, ele passa boa parte do texto mostrando que essas duas forças, que acabam se apresentando em outros termos como integração e fragmentação, local e global, diversidade e homogeneização, não podem ser analisadas separadamente, constituem uma “totalidade problemática, complexa e contraditória” (IANNI, 1994, p. 158). Também faz uma descrição sobre as características dos estudos desenvolvidos, ressaltando as teorias utilizadas. No fim aponta sua opção metodológica e teórica.

(Os estudos e interpretações da sociedade global) Primeiro, baseiam-se principalmente nos ensinamentos das seguintes teorias, muito correntes nas ciências sociais: evolucionismo, funcionalismo, sistêmica, estruturalista, weberiana e marxista. (...) Talvez se possa dizer que sem Weber e Marx, fundamentalmente, mas não exclusivamente, não é possível pensar, em toda a sua abrangência e complexidade, a sociedade global que se forma no limiar do século XXI. Outra vez, no entanto, isto não significa que se torna possível a transferência ou adaptação pura e simples de conceitos, categorias, interpretações. Pode-se afirmar que as obras de Marx e Weber constituem duas matrizes excepcionalmente fecundas para pensar-se configurações e movimentos da sociedade global. Pensar,

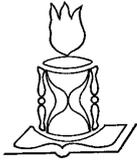


compreender, explicar essa sociedade, tanto em suas singularidades e particularidades, como nos horizontes da história universal (IANNI, 1994, p. 149 e 160).

Algumas reflexões devem ser feitas. Antes de tudo, é importante ressaltar que a proposta teórica desse artigo encontra sustentação no texto de Ianni. O sociólogo não propõe uma interpretação marxiana exclusivista para a globalização, mas afirma que deixá-la de lado significa não interpretar o fenômeno coerentemente. Quando a sociedade burguesa capitalista for para o museu, Marx irá junto com ela. Até lá é preciso considerá-lo, não exaustivamente, mas necessariamente.

Ianni está chamando atenção para o fato de a globalização ter se tornado uma preocupação acadêmica no fim do século XX e limiar do XXI, apesar de ser um fenômeno social antigo, ou seja, a tendência globalizante não iniciou nesse período. Ele explicita sua escolha por Marx, mas não mostra que já no século XIX o autor alemão lançava as bases para a interpretação da sociedade capitalista, que incluía sua dimensão local e global. A teoria de Marx é da totalidade: o local, o nacional, o global e o internacional são seus setores. Os fundamentos do funcionamento do sistema são os mesmos, apesar de local e global não serem a mesma coisa. Não é possível dizer que o controle da violência pelo Estado é o mesmo nas esferas nacionais e internacionais, mas pode-se dizer que a reificação foi disseminada por todos os cantos do globo e atua nas esferas local e global ao mesmo tempo. Essa é a amarra analítica proposta por esse artigo, que não foi apontada no texto de Ianni. Em algumas passagens ele é até contraditório (talvez por não aprofundar sistematicamente as ideias), primeiro diz que existem duas totalidades (local e o global) que são articuladas, depois afirma que existe apenas uma, e que ela não pode ser desconsiderada.

Para a reflexão da reificação como sustentáculo do capitalismo, conserva-se de Ianni a indispensabilidade de Marx e a necessidade de uma análise totalizante, que pense os conceitos fundantes que articulam a sociedade local com a global. Talvez não fosse seu objetivo, ou não teve espaço suficiente para isso, mas Ianni não elabora com mais apuro o que quer dizer com a impossibilidade de transposição das teorias sobre a sociedade nacional para a global. Sobre isso, é importante ressaltar mais uma vez, que a escolha dos conceitos de Marx para pensar a globalização, não significa que esse movimento está sendo realizado, pois a obra marxiana, pensada em seu conjunto, lida

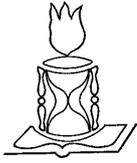


com a sociedade burguesa capitalista em sua totalidade, pensa as categorias fundantes, que são as mesmas para o nacional e o internacional. Os dois setores possuem especificidades e quando se está lidando com eles, não se pode transpassar as teorias e categorias analíticas de um para o outro. Mas quando se está lidando com as bases, a reflexão teórica perpassa pelos setores, busca a totalidade (tradição da filosofia clássica alemã) em contraposição à institucionalização dos saberes especializados, ocorrida no mundo anglo-saxão do século XX (FERNANDES, 1998, p. 111). E é esse o objetivo desse artigo, a reificação é uma categoria de base, que atua no nacional e no internacional ao mesmo tempo.

Quanto a não preparação da sociologia para a interpretação desse novo mundo, fica uma questão: de 1994 para cá, ela avançou no desenvolvimento de categorias que auxiliam mais decisivamente nos trabalhos analíticos considerando, inclusive, todas as problemáticas apontadas por Ianni, mas qual o objetivo da possibilidade de um raio-x mais preciso das especificidades da sociedade capitalista global contemporânea? Isso é condição para sua superação? Ou é apenas um quadro bonito para a estante de livros? A compreensão dos fundamentos da operação do sistema, que começou a ser elaborada no século XIX por Marx, não traz elementos importantes para a ação prático-social? Além deles, o que mais é indispensável? O objetivo aqui não é dizer que a sociologia não está auxiliando, mas levantar o questionamento sobre sua contribuição, afinal nos dedicamos a ela. Se essa dimensão descritiva-analítica for decisiva, façamo-na. O importante é não fugirmos dessas dúvidas. São questões importantes que os sociólogos estão evitando há algum tempo.

Expansão global como fundamento do capital

Como já explicitado na primeira parte desse artigo, a reificação, a coisificação das relações humanas, está estritamente ligada às categorias de alienação e fetichismo, que são, conseqüentemente, conceitos marxianos para definir situações específicas do modo de produção capitalista. Isso significa que a ascensão do capital, a superação do valor de troca em relação ao valor de uso, a apropriação privada dos meios de produção, a exploração do trabalho humano vivo por um pequeno grupo detentor de privilégios, engendrou a reificação, assim como a característica expansionista do capital. Isso quer dizer que não foi a globalização que produziu a reificação, elas estão ligadas a um



mesmo processo, que é o modo de produção capitalista, a maneira como o trabalho, o aspecto ontológico fundante do ser social, é organizado pela sociedade burguesa. Sendo assim, é importante lembrar a pergunta anunciada acima: a globalização disseminou a reificação, as relações humanas coisificadas para todo mundo, através da expansão do modo de produção e distribuição capitalista, e esse modo de se relacionar é um dos pilares do sistema atualmente? Para refletir sobre a resposta será preciso entrar nos textos lidos que estão discutindo Marx e a globalização.

Rubens Ricupero escreveu um pequeno texto intitulado, “Marx, profeta da globalização”, para a publicação especial da revista Estudos Avançados em comemoração aos 150 anos do Manifesto do Partido Comunista, em 1998. Nesse texto ele aponta duas ideias importantes. Primeiro que a globalização foi prevista de maneira acurada por Marx e Engels no Manifesto: “Longe de ter morrido, o que só agora começa a nascer no Manifesto, isto é, passa a ser percebido como antevisão da realidade de hoje e de amanhã é a previsão espantosamente precisa e minuciosa da globalização” (RICUPERO, 1998, p. 62).

E enumera os temas definidores da globalização presentes no Manifesto, para ele, nunca melhor expressos antes ou depois:

1-) A unificação dos mercados em escala planetária: “Através da exploração do mercado mundial, a burguesia configurou de maneira cosmopolita a produção e o consumo de todos os países”. (MARX e ENGELS, 1998, p. 11)

2-) A destruição das empresas nacionais e sua substituição pelas transnacionais, a internacionalização do processo produtivo: (...) “ela subtraiu à indústria o solo nacional em que tinha os pés. As antiquíssimas indústrias nacionais foram aniquiladas e ainda continuam sendo aniquiladas diariamente. São sufocadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que não mais processam matérias-primas nativas, mas sim, próprias das zonas mais afastadas, e cujos produtos são consumidos não apenas no próprio país, mas simultaneamente em todas as partes do mundo”. (MARX e ENGELS, 1998, p.11)



3-) A criação de necessidades induzidas: “No lugar das velhas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas, que requerem para a sua satisfação os produtos dos mais distantes países e climas”. (MARX e ENGELS, 1998, p. 11)

4-) O fim do isolamento e da interdependência: “No lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, surge um intercâmbio em todas as direções, uma interdependência múltipla das nações. E o que se dá com a produção material, dá-se também com a produção intelectual”. (MARX e ENGELS, 1998, p. 11)

Essas passagens evidenciam o caráter expansionista do capital, a internacionalização do modo de produção capitalista. Se na primeira parte desse artigo discutiu-se teoricamente a alienação, o fetichismo e a reificação, aqui se apresenta a maneira como o modo de produção se disseminou e, mais ainda, como ele levou consigo a reificação (a partir de um momento histórico específico, que será discutido mais a frente). A segunda ideia levantada por Ricupero mostra exatamente isso.

Marx, contudo, não se limita a reproduzir com exata perfeição os contornos externos do mundo criado pelo capitalismo global. Ele mergulha nas entranhas do processo para desvendar-lhe o mecanismo e as forças interiores: ‘A burguesia não pode existir sem constantemente revolucionar os instrumentos de produção e, portanto, as relações de produção e, com elas, o total das relações da sociedade’ (RICUPERO, 1998, p. 62).

Ricupero está dizendo que Marx não se limita às descrições do fenômeno, ele vai até as entranhas do processo para buscar as forças interiores, ou seja, além das especificidades das sociedades nacional e internacional, procura a constituição de ambas, o que torna sua teoria metodologicamente válida, mesmo hoje, quase dois séculos depois. E na citação do manifesto Marx é claro, a burguesia não pode existir sem revolucionar os instrumentos de produção, suas relações e, conseqüentemente, a totalidade da sociedade. Isto é, a burguesia mantém-se até hoje porque seu modo de produção reflete em todas as relações da sociedade, porque ela é alienante, fetichizado e reifica as relações, fazendo com que todos participem desse processo como garantia de sobrevivência. Combinando a citação acima com a seguinte, as conexões ficam ainda mais evidentes.



A necessidade de um mercado cada vez mais expansivo para seus produtos impele a burguesia por todo o globo terrestre. Ela tem de alojar-se por toda parte, estabelecer-se por toda parte, construir vínculos por toda parte (MARX e ENGELS, 1998, p. 11).

Avançando na discussão é preciso introduzir as ideias do professor Luís Fernandes, publicadas em seu texto “O Manifesto Comunista e a dialética da globalização”, que faz parte do livro organizado pelo prof. Daniel Aarão Reis, também em 1998, chamado “O Manifesto Comunista 150 anos depois”. Ele introduz a dimensão da historicidade no processo globalizante do capitalismo, o que vai permitir um refinamento da noção de reificação, e destaca um aspecto, que de certa forma já foi introduzido com Octavio Ianni: o movimento dialético de transnacionalização da economia e internacionalização da política via estados nacionais. Sobre o Manifesto, ele diz:

A chave que o texto fornece para se compreender essas manifestações modernas é, precisamente, o processo de gênese, consolidação e expansão global do capitalismo. Em outras palavras, o modo de produção capitalista constituiu a ‘modernidade’, unificando e moldando o mundo ‘à sua imagem e semelhança’ (FERNANDES, 1998, p. 109).

O capitalismo surgiu em um momento específico da história e vem se transformando durante esse percurso. Fernandes detalha seu surgimento:

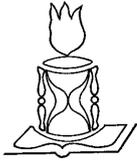
No Manifesto, Marx e Engels revelam como essa ruptura histórica foi preparada pela expansão global do capitalismo mercantil na época dos Descobrimentos e pela colonização que se lhe seguiu. Antecipam um ponto de vista que seria desenvolvido mais amplamente no famoso capítulo 24 do primeiro volume de O Capital: o do papel da espoliação colonial no processo histórico de ‘acumulação primitiva’ que viabilizou o advento do capitalismo moderno (isto é, industrial) no Noroeste da Europa. O Manifesto destaca o impulso dado ao advento de novas formas de produção na Europa pela intensificação dos fluxos globais de comércio (através da exploração das novas rotas para os mercados da Índia e da China, da colonização da América e do advento do comércio colonial). Segundo Marx e Engels, a necessidade de abastecer esses mercados cada vez mais amplos forçou a superação da antiga produção feudal-corporativa, inicialmente pela pequena produção independente, em seguida pela manufatureira e, por fim, pela grande indústria (capitalista) moderna. No século XIX, esta colhe os frutos semeados pelas descobertas, unificando o mundo em um mercado único sob o domínio inglês (FERNANDES, 1998, p. 112).



A introdução da historicidade é fundamental para o refinamento da noção de reificação. Na passagem citada acima fica evidente que o sistema começa a tomar corpo no século XV e XVI na Europa, mais especificamente no noroeste, através da acumulação primitiva do capital pelas grandes navegações e pela colonização. A burguesia ascendente nesse período é comercial, depois passa a ser manufatureira, até tornar-se industrial e bancária. Isso significa que, apesar de o capitalismo ser um sistema caracteristicamente expansivo e disseminar uma parte de seus elementos básicos desde o princípio, a reificação não é um deles, ela não ocorre na fase de acumulação primitiva. O comércio e a navegação dão um impulso para o advento das novas formas de produção, mas é com elas que vem a alienação, o fetichismo e a reificação. Voltando à citação feita por Ricupero do Manifesto do Partido Comunista (RICUPERO, 1998), a condição de sobrevivência da burguesia é a transformação dos instrumentos de produção e das relações de produção.

Então, a base de sustentação da burguesia não foi sempre igual, mesmo considerando que, com diferentes conteúdos, não perderam o seu sentido totalizante. As relações sociais passaram ser coisificadas a partir do advento da mercadoria, da superação do valor de troca pelo de uso, iniciado na etapa manufatureira, consolidado na industrial e modificado na financeira. Hoje, como o sistema capitalista não funciona mais integralmente através da produção de bens e existe todo um mercado que gera dinheiro, é preciso se questionar de que forma a reificação continua atuando, já que o pressuposto é de sua permanência. Esse tema será discutido com mais detalhes no último tópico. O importante nesse momento é frisar que esse artigo atribui uma historicidade à reificação, o que torna a análise mais coerente.

Fernandes (1998) faz algumas críticas aos exageros do Manifesto do Partido Comunista, que são importantes de serem discutidas. Por um lado diz que o texto mostra “um impulso expansionista insaciável por parte do capital, que o empurra incessantemente para a busca de novos mercados em todo o globo” (p. 114), mas por outro, “várias passagens do manifesto a esse respeito soam, hoje, um tanto exageradas” (p.114). Para ele, o mercado mundial não suplantou a indústria nacional, estreiteza e exclusivismos nacionais continuam existindo e uma literatura mundial única está muito distante da realidade. O padrão de desenvolvimento dos países centrais não é o mesmo dos periféricos, inclusive, posteriormente ao Manifesto, teria ocorrido um processo de



crescimento econômico dos países, muito baseado na intervenção dos Estados, o que seria contraditório ao movimento transnacional apontado no texto de Marx e Engels. Com tudo isso ele quer dizer que o capitalismo não teria se disseminado tão homoganeamente.

O que Fernandes está tentando fazer é refinar a análise com base naquilo que já foi dito anteriormente: Marx não é suficiente para a análise descritiva de todas as etapas da sociedade moderna e contemporânea. Para entender as especificidades do desenvolvimento econômico do último século e do início desse é preciso estudar aquilo que Fernandes chama de dialética entre os processos transnacionais e internacionais, é preciso estudar o papel condutor dos Estados Nacionais, dos modelos de atuação das indústrias nacionais e das multinacionais, a sobrevivência de separatismos e fundamentalismos e os diferentes níveis de desenvolvimento. Agora, por trás disso, existe uma base, um fundamento, que Marx pensou no século XIX e continua vivo até hoje. Os Estados Nacionais atuam sustentados pela forma mercadoria, pela propriedade privada, pela divisão internacional do trabalho, pela prevalência do valor de troca sobre o valor de uso, pelo fetiche do dinheiro. Os exclusivismos nacionais não se distanciam disso e mesmo essa literatura universal, que efetivamente não é universal, mas é efetivada por categorias que são universais. Para se publicar um livro (nas condições atuais), o mais identificado com uma nacionalidade, o mais local possível, é preciso de dinheiro, máquinas e propriedade privada. Mesmo se a publicação for via internet, é preciso de um computador, de uma máquina, que foi produzida em uma indústria, com trabalho humano, com venda da força de trabalho, com mais-valia. A internet não caiu do céu, ela tem base social, foi viabilizada por pessoas, que também fazem parte desse mundo, que é alienado, fetichizado e reificado. Esse é o ponto do artigo, o mundo pode ser complexo, e o é efetivamente, mas existem recorrências, que não são estáticas, que fazem com que as coisas mudem para que permaneçam da mesma maneira. As características do sistema mudaram com o tempo, mas os fundamentos permanecem e continuam sustentando-o, entre eles a reificação. A maior prova disso é que o capitalismo continuar operando, e que é possível pensar suas especificidades, mas também suas recorrências.

Esse pensamento poderia ser descrito como estruturalista? Não seria o caso de entrar profundamente nessa discussão, pois não é o objetivo do artigo. Porém é



fundamental ressaltar que não se está tentando engessar a história. Algumas categorias são recorrentes, mas não durante toda a história, e mesmo em sua fase de permanência apresentam dinâmicas observáveis empiricamente. As relações humanas continuam coisificadas, mas não da mesma forma que na fase manufatureira e industrial. Hoje a financeirização trouxe novos elementos, mas não acabou com a reificação.

Os dois textos de Ricardo Antunes trazem mais corpo para esse debate. O capítulo, “A dialética do trabalho”, publicado no livro de ensaios “O caracol e sua concha” (2005) faz uma reflexão sobre alienação, fetichismo e reificação em termos teóricos, buscando a fonte marxiana, caminho seguido na parte inicial deste artigo. De qualquer forma, pode-se utilizá-lo aqui para pensar mais um aspecto da relação entre globalização, fase atual do capitalismo e reificação. Antunes parte das ideias Lukacsianas sobre o trabalho como aspecto ontológico fundante do ser social, como momento inicial da sociabilidade humana, do processo de humanização, para mostrar que esse mesmo trabalho transformou-se na sociedade capitalista. De finalidade básica do ser social, para a sua produção e reprodução, converteu-se em meio de subsistência e criação de novas mercadorias para valorização do capital. Em resumo, o trabalho útil, necessário, concreto, que promove o metabolismo entre homem e natureza foi suplantado pelo dispêndio de força humana produtiva (intelectual ou física), o trabalho abstrato, voltado para o mundo das mercadorias e do capital. A consequência disso é que:

O trabalhador, diz Marx, sente-se livremente ativo em suas funções animais (comer, beber, procriar etc) e em suas funções humanas sente-se como um animal. O que é próprio da animalidade se torna humano e o que é próprio da humanidade torna-se animal. Alienado e estranhado diante do produto do seu trabalho e diante do próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se estranho diante de si mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem. Torna-se estranho ao gênero humano (ANTUNES, 2005, p. 71).

E complementa:

Operou-se, portanto, uma metamorfose básica no universo do trabalho humano sob as relações de produção capitalistas. Em vez do trabalho como atividade vital, um momento de identidade entre o indivíduo e o ser genérico, tem-se uma forma de objetivação do trabalho em que as relações sociais estabelecidas entre os produtores assumem, conforme disse Marx, a forma de relação entre os produtos do trabalho. A



relação social estabelecida entre os seres sociais adquire a forma da relação entre coisas (ANTUNES, 2005, p. 72).

As duas passagens levam a uma problematização interessante. A globalização, fenômeno que aproximou os homens das diferentes partes do mundo, que colocou iguais-diferentes em contato, no final, acabou produzindo um distanciamento e um estranhamento do homem em relação ao próprio gênero humano. O capitalismo que abriu fronteiras físicas e aproximou pessoas, acabou afastando o homem de si mesmo, de sua generalidade. As relações reificadas são um dos sustentáculos do capitalismo, pois a partir do momento que o homem começa a olhar para seu semelhante como semelhante e não como coisa, sem a mediação da mercadoria, enxergar o outro homem como homem e enxergar-se a si mesmo como parte do gênero humano, as condições para a derrocada do capitalismo começarão a ser criadas. Atualmente, observa-se empiricamente exatamente o oposto.

O capitalismo globalizado engendrou a suplementação em todo o mundo do trabalho abstrato em relação ao trabalho concreto¹. Não é possível dizer que este não existe em nenhuma parte, mas é possível afirmar que aquele é o tipo de trabalho preponderante em todos os lugares do globo. A massa de trabalhadores que sai de suas casas todas as manhãs em todo o mundo não está buscando a realização humana, o trabalho concreto, mas sim as condições para sua sobrevivência. Nas palavras do próprio Marx (2004) “o seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório.” Se é o trabalho abstrato que impera, conseqüentemente também são as relações reificadas.

Em geral, os autores dos textos que discutem as categorias de Marx e Lukács, não se preocupam em delimitá-las geograficamente. Elas são inerentes ao capitalismo, que é um sistema caracteristicamente expansionista e globalizante. Praticamente não há como fugir para um reduto anticapitalista. Nem no passado, na União Soviética, a maior experiência socialista da história, o capital desapareceu. Observação que se conecta com

¹ Essa distinção foi feita pelo próprio Marx no capítulo primeiro do volume primeiro de “O Capital” (2008 [1867]). O trabalho teria dois lados, o primeiro seria o dispêndio da força de trabalho humano no sentido fisiológico (físico ou intelectual), produtivo, socialmente determinado, que não tem relações diretas com as necessidades dos homens, que não os humaniza, que apenas gera valor nas mercadorias (trabalho humano abstrato), e o segundo seria o dispêndio da força de trabalho adequada a um fim, que produz valores de uso, coisas socialmente úteis e necessárias, que promove o intercâmbio metabólico entre homens e a natureza (trabalho concreto útil) (MARX, 2008 [1867], p. 54).



o segundo texto de Ricardo Antunes “O sistema de metabolismo social do capital e seu sistema de mediações”, primeiro capítulo do livro “Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho” (2009).

Nesse capítulo, Antunes busca referências em Mészáros, especificamente em seu trabalho de maior envergadura “Para além do capital” (2002). O fio condutor é a demonstração de que o ser social possui uma ontologia singular, dada pelo trabalho, que gera mediações entre as próprias pessoas e com a natureza através de um sistema de produção e intercâmbio, e que, historicamente, existem dois sistemas de mediação. O de primeira ordem, que objetiva “a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal” (ANTUNES, 2009, p.21), foi sobredeterminado pelo de segunda ordem, que atende a imperativo absoluto da expansão do capital através da subordinação das funções reprodutivas sociais. Essa segunda ordem de mediações “corresponde a um período específico da história humana, que acabou por afetar profundamente a funcionalidade das mediações de primeira ordem ao introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico” (ANTUNES, 2009, p. 22). A explicação disso está:

(...) na sua finalidade essencial, que não é outra senão ‘expandir constantemente o valor de troca, ao qual todos os demais – desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais, - devem estar estritamente subordinados’ (idem: 14)². Desse modo, a ‘completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca – no interesse da autorrealização expansiva do capital – tem sido o traço mais notável do sistema de capital desde sua origem’ (idem: 522). Ou seja, para converter a produção do capital em propósito da humanidade era preciso separar valor de uso e valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo (ANTUNES, 2009, p.23).

Essa passagem mostra mais uma vez que o caminho argumentativo da globalização das relações reificadas como um dos sustentáculos do capitalismo é frutífero. Antunes está mostrando através de Mészáros que a força expansiva do capital dá-se justamente pela difusão do valor de troca através do sistema de mediações de segunda ordem que introduz a alienação, o fetichismo e a coisificação das relações humanas. Antunes vai refinando os conceitos e, um pouco mais a frente, faz uma

² As citações referem-se ao livro MÉSZÁROS, István. *Beyond Capital: towards a theory of transition*. Merlin Press: London, 1995.



afirmação que se relaciona diretamente com as ideias de Fernandes, apresentadas acima.

Ele diz:

(...) o seu sistema de mediações de segunda ordem tem um núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e estado, sendo que essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente inter-relacionadas, tornando-se impossível superá-las sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema. Não basta eliminar um ou até mesmo dois de seus polos. A experiência soviética (e seu desfecho histórico recente) demonstrou como foi impossível destruir o Estado (e também o capital) mantendo-se o sistema de metabolismo social do trabalho alienado e heterodeterminado (ANTUNES, 2009, p.24).

E completa com uma citação de Mészáros, “paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital”³. Fernandes estava preocupado com a articulação entre a economia transnacional e o estado nacional, que atua internacionalmente. Naquele momento tentou-se mostrar que, por trás dessa articulação, que possuía configurações de acordo com o momento histórico, existia um fundamento recorrente em todos os setores. O texto de Antunes auxilia na corroboração dessa ideia. Se capital, trabalho e Estado são as dimensões inter-relacionadas fundamentais do sistema, significa que existem elementos que promovem a conexão entre elas. O principal deles é o próprio trabalho, como citado acima. Se o trabalho é o fundamento que sustenta o capital e é caracterizado pela alienação, o fetichismo e a reificação, então são essas categorias que amarram o sistema, fazem com que ele funcione e permaneça de pé até os dias de hoje. Por fim, faz um resumo:

Expansionista, desde seu microcosmo até sua conformação mais totalizante, mundializado, dada a expansão e abrangência do mercado global, destrutivo e, no limite, incontrolável, o sistema de metabolismo social do capital vem assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda. (...) Porém, a ‘disjunção radical entre produção para as necessidades sociais e autorreprodução do capital não é mais algo remoto, mas uma realidade presente no capitalismo contemporâneo, com consequências, as mais devastadoras para o futuro (ANTUNES, 2009, p. 29).

Para finalizar essa segunda parte do artigo e entrar na última (conclusiva) sobre a discussão contemporânea da financeirização e da imaterialidade, será apresentando um

³ Mesma citação da nota de rodapé nº1.



ponto de vista diferente da linha argumentativa seguida até o momento. O contraponto será interessante para aprofundar o debate. O texto é do prof. Osvaldo Coggiola intitulado “Globalização e alternativa socialista”, publicado na coletânea “Globalização e Socialismo”(1997) também organizada por ele.

Em geral, o texto segue o seguinte raciocínio: dados e conceitos são apresentados para mostrar a desigualdade e os absurdos provocados pelo desequilíbrio, pela desregulamentação, pela falta de leis e de premissas do sistema capitalista. O Estado seria um dos principais sustentáculos atuais, apesar de precário, pois o caminho indica a barbárie. A questão de Coggiola é que o capitalismo será derrubado por suas incoerências e anacronismos, e a essa derrubada deve-se dar um sentido, uma expressão política progressista, erigindo o socialismo como alternativa à barbárie. Para ele na base da crise política encontra-se:

(...) portanto, a crise econômica do capital. Esta, por sua vez, não resulta da negação das tendências do período de expansão, mas do seu desenvolvimento exacerbado, tendências que explicam a chamada ‘globalização’, não como um estágio superior do desenvolvimento capitalista, mas como uma manifestação extrema de sua crise (COGGIOLA, 1997, p.135).

Essa visão se contradiz com as ideias apresentadas até aqui, pois parece estar dizendo que não será a alienação, o fetichismo, a reificação que segurarão a derrocada do sistema capitalista com suas contradições e injustiças. O desemprego, a fome, a miséria, levariam as pessoas à ação, à barbárie ou ao socialismo. É preciso pensar se os limites dessas condições não estão sendo considerados pelas elites, principalmente através dos Estados, na forma de “administração da pobreza”, lembrando do tripé apresentado por Antunes (referenciando Mészáros) que sustenta o sistema: capital, trabalho e Estado. Para não perder o fio condutor desse artigo: se o Estado administra a pobreza, ele só o faz sem que as pessoas se revoltam, pois a administração da mesma é uma situação revoltante e degradante. Isso só ocorre porque essas pessoas não reconhecem seus semelhantes também como iguais, pois as relações entre os humanos se dão como as relações entre coisas, o homem não se enxerga mais como ser genérico, como ser humano. No fundo, as configurações exteriores contemporâneas se articulam com os fundamentos da operação do sistema. Isso faz todo o sentido, quando as duas coisas começarem a não se articular, as mudanças efetivas terão início.



Especificidades contemporâneas: financeirização e imaterialidade

A última parte desse trabalho precisará enfrentar um tema contemporâneo: a dinâmica de funcionamento do capitalismo na atualidade. Se a globalização foi apresentada como um processo que surgiu junto ao capital e está a ele ligada substancialmente, então ela continua existindo (pois o próprio capital também continua), com configuração diferente, apesar dos mesmos fundamentos. Sobre isso o texto de François Chesnais, “A mundialização do capital, natureza e papel da finança e mecanismos de ‘balcanização’ dos países com recursos ambicionados” (2006), poderá contribuir bastante. O autor utiliza o termo “mundialização” e o define como “regime institucional internacional específico, tanto econômico como político, em benefício do capital concentrado” (CHESNAIS, 2006, p. 18). Para ele a “mundialização” é a resultante de dois processos, um econômico, que origina-se do movimento do próprio capital, oriundo das economias centrais, buscando “a superação dos limites à rentabilidade encontrada nos países que são sua base, através da expansão para o exterior” (CHESNAIS, 2006, p.18) e outro político, relacionado aos tratados internacionais (multilaterais e bilaterais), a dominação das potências econômicas e políticas no cenário mundial e as de liberalização e desregulamentação do comércio.

Ele também apresenta a historicidade desse processo. A “mundialização” não seria essa mesma globalização atrelada ao capitalismo desde seu nascedouro, estaria ligada a um momento histórico, com características muito marcantes. A “mundialização” é a fase de reforço amplo da financeirização e dos lucros rentistas. Já havia ocorrido um processo inicial de acumulação de dinheiro via portadores de patrimônio financeiro e gestores de organizações especializadas (bancárias e não-bancárias) para a aplicação em ações e em mercados de títulos no final do século XIX. A crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial encerraram esse primeiro ensaio. O pós-guerra foi marcado pela reconstrução das forças produtivas e a acumulação financeira nos bancos, nos fundos de pensão, nas companhias de seguro e nas próprias indústrias, que se tornaram *holdings* com forte traço de grupo financeiro. A partir dos anos 1980, e principalmente nos 90, esse processo atingiu seu auge. Níveis de capital sem precedentes foram centralizados e investidos nos mercados de títulos. Hoje esses fundos



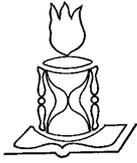
de pensão e os mútuos (fundos de aplicação ‘coletivos’) são a espinha dorsal da centralização e da acumulação financeira.

Mas a questão que surge é: se o sistema capitalista opera atualmente com base no “dinheiro que gera dinheiro”, como ficam as categorias estudadas até o momento? E a produção industrial? No mercado financeiro não existe mais-valia? E as relações sociais, continuam sendo reificadas?

Chesnais traz algumas indicações (o último texto que será apresentado no próximo parágrafo contribuirá bastante para a reflexão dessas respostas). O poder do mercado financeiro não advém dos céus. Uma boa parcela do capital que seus acionistas acumulam parte dos grupos industriais, através de remuneração pelo investimento (dinheiro que gera dinheiro) e voltam a eles por meio de novos investimentos, criando um ciclo típico do capitalismo contemporâneo. Ora, a maneira como os grupos industriais obtêm mais capital para remunerar seus acionistas é justamente através da exploração da mão de obra nas fábricas, na produção. O trabalho humano vivo continua sendo empregado, mas o dono não é (em geral) apenas uma pessoa, mas sim um grupo de acionistas, um conselho deliberativo. O trabalhador assalariado continua existindo e com ele a mais-valia, o fetichismo e as relações reificadas. Chesnais conclui:

“Sem os grupos industriais capazes de extrair e de centralizar em benefício dos acionistas um montante elevado de mais-valia, o capitalismo de mercado financeiro não teria conseguido seu imenso poder social. (...) No novo caso, os gerentes dispõem de meios possantes que resultam dos efeitos combinados da liberalização das trocas, dos movimentos de capitais e das novas tecnologias. Nos países capitalistas centrais, a margem de manobra tornada possível pela liberalização permite que estes grupos transfiram aos assalariados a ameaça (que pode se tornar efetiva) de deslocalização de suas plantas fabris para países onde a mão-de-obra é mais barata, os salários são baixos, quase nada protegidos, ou ainda de estabelecer redes de produção terceirizadas. Mesmo nos países onde ele tem sua base, o grande grupo industrial cotado na Bolsa representa um mecanismo de apropriação do sobre-produto em benefício de seus acionistas” (CHESNAIS, 2006, p.24-25)

Mesmo considerando que o trabalho humano vivo fabril e proletariado continua existindo em peso no mundo (mais difícil de ser encontrado em Londres ou Nova Iorque, mas aos montes em Suzhou, na China, e em Ho Chi Minh, no Vietnã) não é possível ignorar o fato de que essa mudança no perfil de atuação do capital



(mundialização e financeirização, como apresentado acima) acarretou uma reconfiguração do mundo do trabalho. Se por um lado aquela burguesia capitalista da fase da ascensão, do dono da fábrica que trabalhava em suas instalações, controlava seus empregados, praticamente não existe mais, e hoje encontra-se com mais facilidade acionistas, rentistas e investidores, essas pessoas continuam formando um pequeno grupo que concentra somas altíssimas de capital, mas que prescindem de um grupo de trabalhadores muito maior do que eles para fazer o sistema funcionar.

Esses “novos” trabalhadores são os funcionários dos bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, fundos de investimento mútuo, bolsas de valores, empresas de corretagem, somados a tudo aquilo que ficou conhecido como “prestação de serviços” (em um sentido mais amplo), que subsidiam a atuação das empresas ligadas à financeirização e aos grupos industriais. Por exemplo, agências de publicidade e comunicação, administração de crises, assessoria de imprensa, relações públicas, contabilidade, consultorias especializadas etc. Sem contar o poder público, que reúne uma massa de funcionários operando em prol desse mesmo mercado financeiro.

A atuação dessas empresas não é exatamente a mesma da fábrica produtora de bens palpáveis, porém uma coisa elas têm em comum: *modus operandi* através do capital. Podem não é a maioria, pois a produção industrial continua pujante, mas existem e mudaram a configuração do capitalismo (ou são consequências dessa mudança). As pessoas que pensam e dizem que esse novo perfil acabou com a exploração, com a mais-valia, estão incorrendo em um grave erro. Não há como negar, o trabalhador de uma consultoria de finanças, que tem salário e chefe, relaciona-se com as outras pessoas desse mesmo lugar através da mediação do capital. Ela não entrega um produto palpável para seu “superior” no final do mês, mas entrega dinheiro. Trabalha para gerar dinheiro, cada vez mais. E isto, que é o resultado de seu trabalho, não lhe pertence. Sua relação com seu chefe e com seus colegas depende do capital, se seu trabalho estiver trazendo resultados positivos, então o bom relacionamento existirá, caso contrário, no mínimo, haverá demissão. Então, essas relações sociais não existem, senão mediadas por uma mercadoria, o dinheiro, e continuam reificadas, mesmo no mundo contemporâneo. Os homens, infelizmente, continuam não se enxergando como homens.



Para embasar e aprofundar as reflexões feitas acima, o texto de Sávio Machado Cavalcante será discutido. O artigo chama-se “Valor, renda e ‘imaterialidade’ no capitalismo contemporâneo” (2014) e tem justamento como objetivo:

(...) apresentar a tese de que há cada vez mais, no capitalismo atual, a produção de mercadorias ‘sem valor’. Ao contrário das reações comuns, que veem, nesse fato, uma recusa da teoria do valor de Marx, pretendemos mostrar que é justamente o processo inverso que essa tese denota, ou seja, a continuação do movimento do capital em uma dimensão ainda mais intensa (CAVALCANTE, 2014, p. 115).

Além da automatização, que é uma discussão relacionada às mudanças do processo produtivo fabril, ele defende a tese de que o rentismo é uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo.

Por essa razão, vamos ao encontro de certo consenso, que surge entre autores, que indicaremos a seguir, com leituras não necessariamente idênticas dos problemas: trata-se da afirmação, que também defendemos em geral como adequada, segundo a qual o rentismo e a autonomização são os traços mais importantes do capitalismo contemporâneo, o que é, aliás, uma validação do sentido teórico mais profundo da análise de Marx, isto é, a prevalência do capital como forma sobre os conteúdos diversos da produção ou, mais precisamente, sua tendência de se livrar das barreiras a ele impostas (CAVALCANTE, 2014, p. 115)

Sobre as teorias que apontam a extinção do trabalho humano vivo na produção, ele questiona:

(...) sobre o caráter supérfluo do trabalho vivo na produção industrial tradicional, seria importante, apenas, colocar em dúvida sua verificação empírica. Estudos de caso da sociologia do trabalho, por exemplo, têm constatado a inserção cada vez mais complexa de processos automatizados, mas não autorizam a conclusão de que o trabalho vivo esteja em vias de ser eliminado pelos aparatos técnico-científicos, ou mesmo se tornado, em todos os setores, somente um vigia ou controlador de processos autônomos (CAVALCANTE, 2014, p. 117).

E, por fim, apresenta suas considerações sobre a utilização dos conceitos de mais-valia, fetichização e reificação na sociedade capitalista contemporânea. Acima foi defendida a recorrência empírica dessas categorias, considerando as novas configurações do capital, Cavalcante vai mais longe:



Se, mesmo para Marx, o objetivo não era fotografar uma realidade empírica, mas sim apreender as determinações do movimento do capital, torna-se imprescindível entender as consequências do processo em que a forma capitalista se prolonga para esferas externas à produção material imediata. Esse processo foi visto por muitos como uma negação (não no sentido dialético) da teoria do valor-trabalho, ou seja, na sua simples obsolescência. Seria possível, entretanto, tomar esse processo como o seu desenvolvimento num estágio qualitativamente superior (negação dialética)? Respondemos a essa questão de maneira positiva (...) (CAVALCANTE, 2014, p. 117)

Mostra teoricamente que o trabalho realizado nos escritórios ou através da automatização nas fábricas mantém a relação social de produção na forma capitalista (que reduz a autonomia do trabalho humano vivo e mantém a exploração). Ele discute profundamente durante o texto a noção de “mercadorias sem valor” ou “mercadorias cujo tempo de reprodução é praticamente nulo”. Isso significa que é preciso separar o custo e o tempo necessário para a produção de uma mercadoria-modelo, conhecimento ou, ainda, mercadoria-conhecimento do custo e tempo necessário para reproduzi-la industrialmente.

Quando se discute a mercadoria imaterial, aquilo que é realizado nos escritórios de consultoria conforme o exemplo acima, não se pode fugir dessa questão de tempo e custo produtivos. Quando ele fala em nulidade, está pensando na complexidade da produção desse tipo de “mercadoria”, apontando seu caráter irreprodutível em escala industrial. Um relatório de um consultor (trabalhador assalariado de uma consultoria) sobre as vantagens e desvantagens de investimento em um determinado segmento econômico para um grupo de acionistas, pode ser reproduzido industrialmente para qualquer outro grupo de acionista sobre o investimento em qualquer outro segmento econômico? Evidentemente que não. E o mais interessante é que, mesmo com toda essa especificidade, os conceitos marxianos continuam observáveis:

Dito de outro modo, não encontrar empiricamente o trabalho indiferenciado em qualquer oficina, fábrica ou escritório não implica debilidade ou fragilidade da teoria de Marx. Mantida essa relação social de produção, a forma capitalista domina os mais diversos conteúdos, sempre reduzindo – num grau maior ou menor, mas nunca aumentando, no longo prazo – a autonomia e a complexidade do trabalho vivo”(…) “Porém, como procuramos mostrar, é possível, num sentido bastante preciso, afirmar que há, sim, mercadorias “sem valor”, não pelo tipo de trabalho concreto necessário à sua criação, mas porque são mercadorias cujo tempo socialmente necessário à



reprodução é praticamente nulo. Ademais, essa produção de mercadorias sem valor não é, de forma alguma, sinônimo de fim da exploração. Como vimos a partir dos diferentes casos de rendimento, o que a produção (“material” ou “imaterial”) tende a fazer é sugar, de maneira rentista, o valor existente em sua ou em outras esferas de produção”. (CAVALCANTE, 2014, p. 124-125)

Considerações Finais

Toda a exposição acima permite a afirmação de que a globalização espalhou para todo o mundo o modo de produção capitalista e com eles seus fenômenos mais perversos: a exploração, a mais-valia, o fetichismo da mercadoria e a reificação das relações sociais. O sistema político-econômico-social opera, até hoje, sobre essas bases. As pessoas se relacionam através da mediação da mercadoria, não se enxergam como seres humanos, o que contribui decisivamente (mas não exclusivamente) para a manutenção do capitalismo. As pessoas se movem pelo mundo em busca de um salário, que é um dos ápices do fetichismo, a crença no valor de um pedaço de papel, para comprar aquilo que elas precisam para sobreviver (em alguns casos mais do que isso). Essas coisas se apresentam, praticamente sempre, através de um mercado, e reúnem um valor de troca (preponderante) e um valor de uso e são mercadorias.

Ou seja, a garantia da sobrevivência humana atualmente está intimamente ligada às mercadorias, que possuem um valor de troca. A vida entre os seres humanos na terra é mediada pela mercadoria. A sobrevivência, o lazer, o educação, a cultura, a saúde, tudo está permeado pela forma mercadoria. Isso fez com que a relação entre as pessoas tomassem a forma da relação entre coisas.

Os produtores e fornecedores de serviços não enxergam as outras pessoas como seres humanos, como eles também o são (por incrível que pareça), como possuidoras de necessidades e desejos humanos, de valores de uso, eles as enxergam como consumidores, se elas possuem o valor de troca em suas mãos, os produtos são entregues e os serviços prestados, caso contrário podem morrer, podem definhar. É possível atribuir um valor a isso e defender sua positividade ou negatividade. Essa é a disputa política. Há aqueles que acreditam na escassez dos recursos da terra e que a divisão deve continuar a ser organizada da maneira atual. Há aqueles que acreditam no mérito, na recompensa pelo esforço laboral. Mas nenhum deles pode negar que as relações humanas são reificadas, que um ser humano não olha mais para o outro como



ser humano, mas como empregado, consumidor, investidor, inquilino, correntista, acionista etc.

Um exercício mental colaborará para essa conclusão: retire a mercadoria das relações entre todos os seres humanos, faça com que cada um olhe para o outro como seu semelhante, considere que o trabalho humano continue existindo, afinal é preciso sobreviver (e ele é o aspecto ontológico fundante do ser social, sem ele não há sociedade), mas que seu produto possua apenas valores de uso, exclua a mercadoria e o valor de troca, o que sobra? O capital e o capitalismo existem nesse exercício? A resposta é a importância da reificação para o sistema de produção capitalista.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *O sistema de metabolismo social do capital e seus sistemas de mediações*. In: ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *A dialética do trabalho*. In: ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CAVALCANTE, Sávio Machado. *Valor, renda e 'imaterialidade' no capitalismo contemporâneo*. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 70, p. 115-130, jan./abr. 2014.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital, natureza e papel da finança e mecanismos de "balcanização" dos países com recursos ambicionados*. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). *Dinâmica do capitalismo pós guerra fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento*. São Paulo: Unesp, 2006.

COGGIOLA, Osvaldo. *Globalização e alternativa socialista*. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo, Xamã, 1997.

FERNANDES, Luís. *O manifesto comunista e a dialética da globalização*. In: FILHO, Daniel Aarão Reis (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels / Carlos Nelson Coutinho...[et. al.]*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GOLDMANN, Lucian. *A reificação*. In *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HARVEY, D. *Para entender O Capital*. Trad. Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.



IANNI, Octavio. *Globalização: novo paradigma das ciências sociais*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 147-163, mai./ago. 1994.

MARX, K. e ENGELS, F. (1933) A história dos homens, in A Ideologia Alemã. Org. Florestan Fernandes. Trad. Florestan Fernandes. Pág. 182-215. São Paulo: Ática, 1983.

_____. (1848) O Manifesto do partido comunista. Org. LASKI, H. J. Trad: Regina Lúcia F. De Moraes 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. (1848) *O manifesto do Partido Comunista*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels / Carlos Nelson Coutinho...[et. al.]. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARX, Karl. (1867) O Capital: crítica da economia política: livro I. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAYER, André. *Reificação e Barbárie. Crítica às Relações Sociais Capitalistas*. In: XII Conferência Anual do IACR. 2009. Rio de Janeiro.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

RICUPERO, Rubens. *Marx, profeta da globalização*. *Estud. Avançados*, São Paulo, vol.12, no.34, p.61-64, dez. 1998.

SANTOS, Tania Steren dos. *Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p.170-198, dez. 2001.

SOARES, Cesar Augusto da Costa. *Premissas conceituais sobre a formação do materialismo de Marx*. *Revista Praxis Filosófica*, Cali, no.31, s.p., Jul/Dec. 2010.